

32°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT – TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM
CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO “RURAL”

POLITICA E INOVAÇÃO SOCIAL NO AGRARISMO BRASILEIRO

Raimundo Santos – CPDA (UFRRJ)

[TEXTO PRELIMINAR, SUJEITO A REVISÃO]

A comunicação reflete o momento inicial de uma pesquisa sobre o modo como são pensadas, na nossa publicística, estratégias de reforma democrática do mundo rural brasileiro. A proposta da investigação é explorar a idéia de que os grandes mediadores sócio-rurais (o PCB, no passado, o MST, no tempo mais contemporâneo) seguem ideologias e recorrem a constructos produzidos por nomes da intelligentsia brasileira. A comunicação concentra sua atenção em duas publicísticas emblemáticas da valorização do camponês no Brasil contemporâneo. A primeira, mais conhecida como tal, provém de Alberto Passos Guimarães intelectual gravitante no comunismo brasileiro. A outra, localizamos nos numerosos textos de José de Souza Martins, por sua vez nome influente em áreas protagonistas das mobilizações rurais subseqüentes à anistia de 1979.

Por razões alheias à nossa vontade, a pesquisa que vinha amparando a presente comunicação não avançou o suficiente, o que nos leva a limitar o alcance destas notas. Retoma-se aqui o estudo mais antigo sobre o PCB, dirigindo o olhar para as diferenças (teórico-metodológicas e de orientação para a prática) entre os dois autores. Como alimentamos a idéia de que esse exercício carrega alguma atualidade ao se propor uma incursão no tema dos estilos de pensamento e suas pedagogias, mencionamos uma primeira consideração que justificaria esse afã de estarmos revisitando (ainda) autor muito antigo em comparação com um schollar influente na nova esquerda brasileira dos dois últimos decênios. O recorte que “organiza” nossa leitura dos autores está referido à condição de publicistas que realçamos em PG, e em Martins, atributo que julgamos oportuno sublinhar nesta altura da larga obra do sociólogo rural. Tanto no caso do intelectual do PCB quanto no do professor da USP, cada qual com possibilidades de interpretações diversas -- temos autores agraristas cujos textos adquirem outra significação se considerados “produtores de conhecimento científico” desde a condição de membros da intelligentsia brasileira. Em relação a Passos Guimarães (PG) a ilação parece fácil, conquanto ele emerge como referência intelectual nos últimos anos nacional-desenvolvimentistas, época em que publicistas são direcionados por Marx-Lênin e Mannheim; vale dizer, por

clássicos que instigam modelos de pensamento e de ação teoricamente orientados, referidos, com é sabido, a mudanças esperadas com maior ou menor ruptura revolucionária, entendidas, em maior ou menor medida, como transformação reformista.

A busca desse tipo de raiz estimula interessantes conjecturas sobre nomes da nossa intelectualidade, especialmente sobre autores do campo não-comunista, pois ainda não tem sido muito acompanhada nos seus textos e nas proposições teórico-metodológicas a presença da sua “práxis” militante. Nossos publicistas agrários guardam descendências dos grandes clássicos. No caso de Passos Guimarães, é visível o nexos Marx-Lênin (dimensionado, queremos sugerir, pela leitura da obra política marxiana) enquanto no segundo autor, como pretendemos ilustrar mais adiante, há forte presença da obra científica de Marx (O Capital), redimensionada por intérprete singular (Henri Lefbvre), ainda revelada a filiação a Florestan Fernandes. Essas associações podem trazer – é um tema para desenvolver -- mais luz à questão do maior ou menor grau de cosmopolitismo determinando suas publicísticas. Mais adiante tentaremos avançar comentários sobre esses vieses em alguns textos de PG e Martins, pendente ainda algumas conjecturas sobre suas incidências nas mobilizações agrárias estimulados pelos campos discursivos a que pertencem.

Reduzido o escopo inicial desta comunicação, concentramos nossas principais referências a duas monografias Quatro séculos de latifúndio (1963) e “Os camponeses e a política no Brasil”, o primeiro ensaio que dá nome ao livro homônimo de Martins (1981). O primeiro ensaísta, em Quatro séculos... (que não é um texto propriamente acadêmico como o de Martins) expõe seu reformismo agrário mobilizando argumentos (basicamente históricos) a favor do papel inovador do camponês. Já o segundo autor, sobremaneira no ensaio citado, traça todo um programa, simultaneamente publicístico e de pesquisa acadêmica, revelando desde esse início (1981) não apenas sua intenção de militância intelectual como de

interpelação radical dos nossos mediadores agrários (vista toda sua obra) do Brasil contemporâneo, do pré-64 (o PCB, principalmente) e os que surgirão em nossos tempos, o MST, inclusive a Igreja.

LUTA DE CLASSE, HISTÓRIA E POLÍTICA

O modelo pecebista de interpelação camponesa pela política pode ser visualizado em dois tipos de textos de APG. O primeiro é o artigo “Três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, escrito à seqüência do XX Congresso do PCUS para o V Congresso do PCB (1960). Em tempo de refundação comunista, com a orientação democrático-reformista, o autor buscou demarcar o campo de atuação do seu partido que, aliás, já vinha mediando grupos agrários por meio de um agrarismo novo. Na leitura mais recente que fizemos de Passos Guimarães chamou-nos a atenção a presença do tema do prussianismo – e não por acaso – conforme a problematização que Lênin nos trazia para pensarmos a relação entre economia e política no tema da revolução burguesa na periferia capitalista. O segundo tipo de texto é *Quatro séculos de latifúndio* (1963), que não é apenas um ensaio, propriamente marxista e leninista, sobre o mundo rural brasileiro. É certo que a monografia visa mostrar a atualidade da reforma agrária à luz do protagonismo inovador do camponês. Como escrevera Carpeaux, apresentando sua segunda edição (1968), o livro já nascera como um clássico da nossa “literatura histórica e sociológica”. Alias, esta apreciação de época merece ser lembrada conquanto nos traz não só uma boa alusão ao clima intelectual que respirava PG (no rico tempo pós-XX Congresso do PCUS e sob o novo dinamismo da nossa vida política após o a eleição de JK) como ainda sugere chave de releitura de *Quatro séculos...* muito interessante.

Do ponto de vista do agrarismo pecebista, é preciso observar que, nesta monografia, APG desenvolve as bases para melhor formular seu objetivo publicístico anunciado no V Congresso: tematizar – diferente de Martins -- a debilidade da “classe mais numerosa da nação” – o campesinato ainda em formação. Em seu texto, o autor buscava não só as determinações do nosso mundo rural como sobretudo pretendia

delinear o processo, singular, de afirmação e consolidação dos camponeses como ator sóciopolítico. Ao contrario do muito que se imagina, a ênfase posta no tema da feudalidade, dos apriorismos o mais atribuído a Passos Guimarães, não obscurece o sentido (formulativo) que a citada argumentação leniniana viera oferecer aos comunistas brasileiros. Aquela questão da relação – por si só não-linear – entre economia e política, não seria vista entre nós em termos de uma lógica de curso “pré-determinado” nem lida por meio do nexos forças produtivas-relações de produção que perpassa as grandes linhas narrativas de O Manifesto Comunista. E, aqui, ela não dispensava -- este é o ponto –, muito pelo contrário, requeria enorme intervenção dos atores chamados a reformar o estado das coisas. Não constitui acaso que APG ponha no centro dos seus escritos agrários o tema do monopólio da terra com realce nos seus poderosíssimos constrangimentos, com que a grande propriedade exercia no mundo rural um “governo sobre as coisas e as pessoas”, como em Quatro séculos... PG descrevia esse universo sob circunstância de atraso generalizado.

Outrossim se compararmos os dois textos já clássicos – a monografia de APG e “Os camponeses e a política no Brasil”, notamos que, por mais que ostentem campesinismo, esses textos portam temáticas e propósitos diversos e bem expressivos de campos intelectuais que chegam até nós como verdadeiros emblemas. Em Quatro séculos..., PG radica o tema do constrangimento “feudal” na origem estamental da formação da propriedade latifundiária e na sua ampliação sob o escravismo, e mostra a onipresença do grande domínio a diferenciar a circunstância na qual viviam os nossos desvalidos rurais de outras experiências de evolução agrária. Com esse, digamos, “sentido da formação” do campesinato brasileiro, a figura do Fabiano de Vidas Secas veio para perdurar, no rompante da rebeldia e no conformismo, enquanto o tema da autonomia camponesa adquire significado estratégico para PG. Não estranha que a questão da autonomia – nos primeiros núcleos de resistência, depois autonomia como propriedade e afirmação como grupo social e por fim associativa --- percorra todo o livro Quatro séculos...,

perpassando os tipos-ideais de latifúndio; descritos por PG ao modo de O Manifesto Comunista com suas grandes sagas (a marcha modernista da burguesia e a conformação dos proletários em classe). Em Quatro séculos... PG reconstitui o acidentado protagonismo camponês que vem bem de longe -- e isso não é desimportante -- por meio da luta de classes, entendida esta, refletindo os tempos nacional-desenvolvimentistas, como “elemento dinâmico”, pois se tinha “a luta de uma classe em ascensão” contra grupos declinantes. E, tal como em Lênin, o autor preferido de PG, a custosa manifestação desse protagonismo será difícil e mediada, no tempo contemporâneo, por um ente revolucionário-associativo. No caso, os sindicatos de assalariados e semi-assalariados como, aliás, queria Caio Prado, criados, porém, pelos comunistas para alcançar os camponeses – segundo o PCB e Passos Guimarães, o grupo verdadeiramente estratégico para a revolução antilatifundiária --; alcançar em grande escala e em moldes organizacionais permanentes. Mediação de tipo sindical levada a cabo sob os auspícios pedagógicos – ensinava Lênin aos comunistas em Que fazer? -- da dimensão de generalidade que nos traz a “política”, entendida no relacionamento conflitivo das classes, na colaboração entre si e nas suas disputas pelo poder do Estado.

Façamos, nesse ponto, breve referência a Martins. Já na sua construção, mais contemporânea, a ratio estruturante do processo no qual se desenvolverá o novo “despertar camponês” que ele adverte como fato novo no tempo aberto pela anistia de 1979 estará dada pelo governo do capital, invasivo do mundo rural. O desenvolvimento do campesinato como ator – voltaremos a este tema mais adiante - - encontrará potencialidades radicais no raio de ação dos movimentos do capital, ente demiúrgico moderno. Só para fixar aqui um rápido contraponto à marca política do agrarismo comunista, diga-se que, na sua referência a um outro novo mundo rural contemporâneo, Martins defenderá um tipo de mediação camponesa sustentada por recursos pertencentes à esfera dos valores.

^Todavia, mais um comentário comparativo. Temos aqui, de um lado, um publicista voltado para um mundo marcado pela “coexistência do não-coetâneo”, como diziam alguns isebianos, referindo-se ao tempo nacional-desenvolvimentista. Neste cenário composto, no qual os atores reformistas (movidos ideologicamente e ainda amparados os seus estrategistas por referências importantes como Lênin e Mannheim – como também eram publicistas -- buscavam ter domínio sobre a circunstância que lhes era posta. Numa outra ponta, na qual Martins é nome privilegiado, irá se consolidar uma nova mobilização agrária de tipo movimentalista da qual se passa a esperar radical capacidade de inovação social. No princípio da sua publicística, como tentaremos ilustrar adiante, essa pretensão normativa não guarda fronteiras delimitadas com o paradigma da revolução, todavia difundido na inteligentsia brasileira daqueles últimos anos nacional-desenvolvimentistas, no começo da década de 1980.

Alberto Passos Guimarães concede ênfase à tese do campesinato como classe pretérita, assim como Freyre pensara o nosso rural. Em Quatro séculos..., diferente de outros comunistas, PG cita o sociólogo pernambucano em argumentação sobre a “feudalidade”. Mas não há conexão de sentido entre a dissertação gilbertiana sobre nosso aburguesamento reeuropeizante do século XIX, o modelo de revolução burguesa de Passos Guimarães provém dos opúsculos que Lênin escrevera a propósito dos acontecimentos revolucionários russos de 1905. Esse estranhamento ao nosso pensamento social não estimula, na construção principal de PG, o tema da particularidade da nossa “revolução nacional”. Além do preconceito no PCB, o uso limitado da obra de Gilberto Freyre, pode ser debitado ao fato de PG ser um autor que se credencia no seu campo comunista ao propor como fio condutor da sua dissertação monográfica a luta de classe, fronteira de difícil passagem para o pensamento hibridista do sociólogo de Apipucos.

Entretanto, o que, na monografia, fundamenta o resgate do campesinato é a conceituação de feudalismo “achamboado”, usando o próprio PG a advertência de

Euclides para que se usasse conceito (naquela adjetivação) com sentido apenas alusivo. Por mais que nos textos de PG “feudalismo” e expressões como “restos feudais” e “relações pré-capitalistas” apareçam intercambiáveis, é possível frisar certas passagens expressivas da busca de particularidades na formação do nosso rural. Lembremos aqui algumas delas. Em relação à subalternidade camponesa é interessante ver no opúsculo de 1963 a referência ao fato de que, ao invés de a Abolição levar a um colapso do aparelho agrário-produtivo, o país conheceu um novo ciclo expansivo, com a reintrodução do sistema latifundiário. O autor nos chama a atenção para atentarmos a esta circunstância por demais importante. De um lado, a “falta de braços” para a lavoura trouxera um cenário novo a partir do qual se alargava – no espaço da imigração -- o processo de consolidação legal da pequena propriedade. Por outro, no mundo da força de trabalho livre criava-se nova sujeição aos “novos” grandes proprietários. A observação lembra o caso alemão, como também descreve Moore, quando, também em tempo contemporâneo, constrangimentos da força de trabalho foram reintroduzidos em atenção a movimentos de expansão econômica. Neste exemplo se recorreu a uma aliança entre grandes forças produtivas e castas burocrático-militares ao redor de um Estado promotor da modernização “de cima” (Moore, 1983). Aqui o constrangimento “estrutural” da nossa população desvalida advinha do tipo de colonização que logo se voltara para a exploração das terras brasileiras como colônia de produção, para tanto mobilizando força de trabalho trazida manu militari de fora da nação. O empreendimento comercial como determinação da vida nas terras brasileiras, sugere PG (e daí sua insistência em observar os núcleos pré-camponeses e os primeiros camponeses antigos), o emblema gilbertiano ganha relevância. O mundo rural brasileiro tem por condicionamento não só a grande propriedade havida por atribuição feudal-estamental como sobremaneira o constrangimento “estrutural” que ela espalhava como um tipo de dominação integral. Esse traço diferenciava o caso brasileiro de outros tipos de estruturação (clássicos) do mundo feudal, como nos descreve Moore, portadores de tendências favoráveis ao pluralismo. Aqui, inclusive, os homens livres do entorno do grande domínio viviam sob dependência fortíssima

e difusa. Freyre a dramatiza bem quando se refere ao infortúnio dos nossos desvalidos, ao terem que viver, uma vez findo o sistema escravista, sem possibilidades de inserção na esfera produtiva; desamparados, como a tempo reclamou Nabuco. Em certa passagem de Quatro séculos..., citando um antigo informe do Cida que dizia ter em mãos PG chega a se referir àquele mundo produtivo e rural oriundo da longa trajetória descrita na monografia como uma ordem social “autocrática e fonte de servidão”.

Esse nexos feudalidade-prussianismo a que PG recorre para caracterizar os tipos-ideais de grande domínio e opor o sentido democrático e inovador da pequena propriedade aparece nos seus textos pouco desenvolvido – às vezes de forma ocasional. Mesmo sem trabalhar os argumentos leninianos de 1905 e 1907 – outros comunistas fazem-no em relação à noção de via prussiana com grande proveito (Vianna, 1976), em PG está posto um tema ineliminável: um campesinato débil, antes de tudo, necessitado de mediação que o ative, dê-lhe vida associativa e o institucionalize em termos econômicos.

Com efeito, o tema da interpelação camponesa não figura diretamente em Quatro séculos.... Todavia, alguns capítulos seus trazem referências importantes, especialmente passagens que nos mostram como a bipolarização (latifundiários e camponeses) se modifica – quando surgem grupos intermediários (o tertius “burguesia agrária”, por exemplo) e quando a ordem fechada (“governo sobre as coisas e as pessoas”) se fissa, dando passagem à movimentação camponesa, firmando oportunidade para que protagonistas decididos entrem em ação.

Nesta questão crucial em APG importa chamar a atenção para a idéia de revolução agrária não-camponesa que circula no texto dirigido ao V Congresso; idéia que PG apresenta como concretização da meta antifeudal da revolução brasileira, até ali anunciada nos documentos comunistas como mais como tese doutrinária, destituída de caminho e sem previsão dos passos a serem dados por seus protagonistas.

Assim anunciados esses dois eixos argumentativos do autor – o que se centra no tema do feudalismo, mais recorrente, e o outro, o prussianismo, é preciso dizer que o primeiro é mobilizado por PG – afora os apriorismos que nele carrega o militante de seu PCB -- para singularizar um curso revolucionário nacional burguês entre nós conforme etapas (Santos, 2007), formulação que a bibliografia debita ao autor como fraqueza teórica absoluta. Este registro todavia esquece que, na alusão ao feudalismo, o tema do constrangimento resulta de uma marca histórico-estrutural que aqui inverte a relação polarizada das classes fundamentais do nosso mundo rural, diferenciando nosso caso dos modelos “clássicos” de evolução agrária. Aqui – argumenta PG – os camponeses, seus primeiros núcleos, os desvalidos, emergem após se ter constituído a grande propriedade por origem estamental, lançando sua sombra de grande domínio sobre todo o mundo brasileiro. Esse é traço genético que, qual um “sentido da nossa formação”, profundo, acompanha nossos grupos rurais pelos tempos.

Quanto ao prussianismo, observemos que se, por um lado, ele viria ampliar nossa atenção ainda mais na ausência de um campesinato brasileiro forte, como oportunamente já observou um sociólogo (Vianna, 1976), por outro, veio realçar o que entre nós nos referimos quando dizemos que aspiramos ter um campesinato como ator relevante. A pretensão significando protagonismo como no curso clássico – revolucionário (para os comunistas, quer no exemplo russo, quer no caso dos agricultores farmers). Aqui esse dinamismo camponês exigia um tremendo esforço político-organizacional, se se quisesse falar de um processo de inovação social na generalidade do país, como pregava Caio Prado, referindo-se, porém, a grupos não-camponeses (os “empregados agrícolas”), por ele considerados definitivamente os mais propensos à organização de tipo permanente (sindical).

Por fim, anotemos que PG recorre à Lênin para, antes de tudo, trazer argumentos favoráveis à reorientação geral do seu partido a favor do “caminho brasileiro” de conversão da revolução democrático-burguesa em avanço socialista (Santos, 2007).

Sua intenção prática, no seu mundo partidário, era precisar o pensamento e conferir eficácia ao agir pecebista na conjuntura daqueles anos 1960; seu fim último era tornar seu PC um ator político. Nessa condição de publicista, PG vai nos expor dois temas, se interligados, bem expressivos do modo de pensar e do padrão de atuação pecebistas, a saber: a) o reformismo progressivo, de “soluções positivas” para problemas nacionais e concretos, dentre os quais, a reforma agrária, ou como diziam os comunistas à época, “medidas parciais de reforma agrária”. Com o passar do tempo, essa tematização será redimensionada por outros autores, ensejando um agroreformismo que poderíamos chamar, para dias mais contemporâneos, de “reforma agrária ampliada”. Agroreformismo que, visto em perspectiva, teve precursores como Caio Prado (associativismo e lei trabalhista) e Rangel (medidas relativas a questões “não propriamente agrárias”) e defensores mais contemporâneos nossos, como Ivan Ribeiro (associativismo nos grandes setores e reforma agrária farmer) e José Graziano da Silva (reforma agrária “não essencialmente agrícola”). PG pode ser incluído nesta galeria de nomes justamente por seu excuro sobre a revolução agrária não-camponesa, que, a seu tempo, não só redimensionara o recorte marxista e leninista, como já legitimava nas esquerdas revolucionárias a idéia de políticas públicas com objetivos parciais e progressivos, como sobremaneira inaugurara – isto era novo, embora sugira lá bem no início dos anos 1950 -- uma forma mais robusta de mediação camponesa -- pela política e secularizada, não obstante o marxismo-leninista que a revestia formalmente.

MARXISMO E SOCIOLOGIA EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Todo publicista tem um lugar de anuncio de sua “questão”, à qual dedica textos dissertativos e escritos que completam o sentido da sua obra. No marxismo -- o campo que aqui nos interessa -- temos os exemplos clássicos de Marx e Engels, Lênin e Gramsci. Incluído Gilberto Freyre, neste tipo de “literatura social” também possuímos grandes nomes: Caio Prado com *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942 e seus adendos (de 1945, *História*

Econômica do Brasil; e de 1966, A revolução brasileira) e também PG, autor pouco “articulado”, por não dispor de uma interpretação do Brasil. Neste caso, tivemos que qualificar como lugar anunciativo o citado artigo “Três frentes da luta de classe no campo”, e recorremos a Quatro séculos de latifúndio. Nesses lugares discursivos, Caio Prado e PG expõem o sentido dos seus constructos em resposta às circunstâncias que viveram nas fileiras do Partido Comunista.

Mais contemporâneo, JSM não foge a esse padrão intelectual. Exibe o ensaio programático “Os camponeses e a política no Brasil” e quase ao mesmo tempo, apresenta os textos dissertativos básicos recolhidos em O cativo da terra, de 1978. Aquele primeiro ensaio oferece uma leitura “reconhecedora” do sentido de esquerda que acompanha o autor em sua trajetória mais conhecida, ao menos daquele último ano a nossos dias, a observação aferida nos textos que Martins vem divulgando sobre o mundo agrário e rural. São escritos publicados como artigos para revistas científicas, comunicações de congresso, etc. com clara intenção publicística. Realçaremos nestas notas a idéia de que, no lugar mais revelador de suas intenções, “Os camponeses e a política no Brasil”, JSM antecipa os termos da equação com que tecerá, ao longo dos anos 1980 e 1990, os contornos do seu agrarismo de inovação social. No início da sua publicística, já tem em mente a interlocução entre o marxismo e a sociologia. É esta conexão mais inclusiva – eis uma linha investigativa das mais estimulantes -- que redimensionaria o ponto de partida do constructo agrarista do sociólogo rural, anunciado desde cedo com amparo rigorosamente marxiano.

Visto JSM como publicista e antes do exame propriamente investigativo dos seus textos convém fazer uma referência breve que seja ao quadro discursivo do qual emerge o sociólogo rural; remissão que também confere inteligibilidade ao “problema camponês” proposto pelo autor. Passível de bosquejo, sua trajetória intelectual anterior a 1981 é de muita utilidade para o leitor à procura do sentido da obra agrária e rural de Martins. No entanto, é num contexto bem mais preciso que o

professor da USP torna-se notado como membro da intelligentsia brasileira. Respeitado não só na esfera da investigação sociológica mas também visto como nome possuidor de uma ensaística que o credencia, na circunstancia pós-1979, aos olhos de protagonistas relevantes que farão uso da sua “literatura social”. Em boa medida por conta dessa condição afortunada, seus textos passam a formar toda uma geração de pesquisadores jovens que vem se afirmando no mundo universitário, pelos menos desde o começo dos anos 1980.

Por demais lido, o referido ensaio de Martins, diferente de Quatro séculos de latifúndio, não é um texto propriamente dissertativo, embora tópicos seus tracem boa parte da saga do nosso campesinato. Visto como publicista, Martins tem muito mais “parentesco” anunciativo (mais não só) com o autor comunista do que se imagina. Não apenas pela finalidade dos seus ensaios, parecida à dos escritos de Passos Guimarães dirigidos ao Partido Comunista. Muitos dos textos de Martins, uns mais acadêmicos, outros menos, igualmente destinam-se a arenas discursivas nas quais o autor alimenta intenções claramente intervenientes. Não são apenas lugares problematizantes da questão camponesa, no sentido que aqui interessa, como também cumprem função normativa. No primeiro caso, temos um autor cuja incidência visa orientar militantes agrários, no outro, um ensaísta que estimula pesquisadores e estudiosos à ação na esfera universitária e/ou fora dela. Como já sugerimos, os textos de Passos Guimarães, aqui referidos, definem contornos do “pecebismo contemporâneo”, particularmente no que se refere ao agrarismo comunista “oficial”, aliás, bastante exitoso na formação da rede nacional de sindicatos (Santos, 2007). Por sua vez, “Os camponeses e a política no Brasil”, há mais de um quartel de século, vem sendo menção de muita frequência em bibliografias acadêmicas e extra-universitárias. É leitura e citação recorrente e sem dúvida – pela sua fácil comunicação e argumento bem construído – ainda não perdeu sua inegável marca formativa de pesquisadores, inclusive de novos militantes agrários.

Qual a circunstancia a que se assoma o sociólogo JSM e exhibe sua publicística? Já ensaiamos em texto anterior alguns comentários sobre o debate “1980” e não seria oportuno aqui a eles retornar. Pelas razões já aludidas que restringem esta comunicação, apresentemos tão somente proposições e conjecturas (várias sumamente provisórias e um tanto desordenadas) aqui adiantadas para ilustrar a condição publicista do sociólogo da USP como chave de leitura valorizadora (e crítica) da sua obra agrária e rural.

Martins teria radicado seu cometimento intelectual no tema agrário como resultado de uma “divisão de trabalho” delineada no tempo em que o chamado grupo da USP iniciara sua “missão” de interpelar o imaginário gravitante no pré-1964. Se a Fernando Henrique Cardoso coubera desconstruir a questão maior do nacional-desenvolvimentismo (mostrar, em particular, a inexistência da burguesia nacional) e a outros membros do grupo, temas como o Estado, a Martins se lhe teria sido incumbido estudar os seres da margem, por revelarem – como lhe ensinava então Florestan -- os grandes impasses da sociedade. O tema agrário e rural logo se converterá em destino investigativo e primeira linha de militância publicística do autor.

Tratava-se de interpelar por meio de um exercício – isto está claro na Apresentação do ensaio de 1981 -- fortemente crítico, os grupos de esquerdas, em primeiro lugar o Iseb e o PCB, embora a área acadêmica receba do sociólogo rural em texto imediatamente subsequente particular atenção. Ao avaliar o “estado das artes” em relação aos “movimentos sociais no campo”, o primeiro ponto era o agrarismo do PCB, no início da década de 1980, vivendo este partido seus estertores ante a emergência da interpelação camponesa católica. Era consensual -- não poucos a queriam -- uma operação interpelativa à procura de um novo discurso que ajudasse a desenvolver o “campesinato brasileiro progressivamente insubmisso”, de que fala Martins neste mesmo texto de 1981.

O autor justamente diferenciava sua publicística, dizendo haver, no pós-anistia de 1979, um novo “despertar político” camponês. Para Martins estávamos diante de um “fato político” básico – o avanço mais rápido dos movimentos e lutas populares em relação aos partidos – a nos mostrar as dificuldades “práticas, teóricas e doutrinárias” das esquerdas “para acompanhar e incorporar as “tensões sociais e as reivindicações camponesas”. Neste instante, o sociólogo ainda partilhava o mesmo tipo de solução para o problema que equacionava: o partido de esquerda. O sociólogo marxista ainda reconhecia válida a “missão” da “organização e estrutura partidária”. Os partidos ainda podiam ajudar os movimentos populares no campo a superarem sua fragmentação e dispersão, a encontrarem “a sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o Estado” Martins, 1981: 9); “a unidade da sua diversidade” (idem).

Cabe aqui distinguir duas dimensões que qualificam tal anúncio. Uma, refere-se a um ajuste de contas com o “estado das artes” – relativo ao PCB --, no qual JSM acusava os comunistas de comporem uma convergência para evitar a revolução camponesa no Brasil, exemplificada nas Ligas Camponesas. E a outra, que não se tratava de ação impensada. Ela resultava de uma “ideologia e política” construída ao longo do tempo e que inclusive apresentava resultados (o próprio Martins realçava como um deles o fato de ter o PC contribuído com a identidade camponesa). Todavia há outros resultados palpáveis, mas convergiam com a presença católica na fundação de sindicatos culminando na CONTAG. Aqui se consumara o isolamento das Ligas, cujo “cerco” se fechara com o Estatuto do Trabalhador Rural, do último tempo de Jango. Por uma ou outra boa causa, quer hegemônicos pela classe operária (o PCB), quer aliados à burguesia (PCB, Jango), os camponeses, ao fim, eram colocados por seus condutores hegemônicos da época, conscientemente, no “projeto dos outros”, lembrando aqui a expressão que dá título a um dos tópicos do texto de 1981.

Na reconstituição dessa ideologia extra-universitária, o professor da USP, descrevia a trilha do PCB com muita aproximação. Localizava na visão contemporânea dos comunistas uma verdadeira marca paradigmática: “O problema da sociedade brasileira – segundo o PCB, diz Martins -- estava na estrutura arcaica da economia, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, que impediam a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional” (Martins, 1981: 82). Daí se seguia a política de frente única antiimperialista e antifeudal -- também Martins registrava este lugar comum --, com a qual o PCB recobria sua ação agrária. Ele chegava a anotar – mas não lhe concedia importância -- a reclamação que com frequência aparecia nos textos comunistas (no IV, especialmente no V e ainda no VI congressos), qual seja: “A subestimação do trabalho entre os camponeses e os assalariados rurais, constituindo o grupo fraco no interior do Brasil”, como dissera Prestes no IV congresso de 1954, cf. Martins, 1981). No seu ensaio, Martins ainda fazia referência à Declaração de Março de 1958, mencionando a nova tese, trazida por este documento de refundação do PCB, que repunha o enunciado anterior, principista e revolucionário, da frente única. No clima de agigarramento comunista, passava-se a falar de uma luta por um governo nacional e democrático, neste ambiente de renovação, afirmando-se a reforma agrária por meio de medidas parciais e progressivas como o objetivo da revolução no Brasil. Correlato com esse balizamento estratégico, Martins alude ao “caminho pacífico dentro da legalidade” (sic). Refere-se ao V Congresso de 1960 fazendo uma anotação que vale reproduzir: a resolução do congresso – diz ele -- “muda a ordem de referência (dos protagonistas do processo agroreformista) falando primeiramente em trabalhadores rurais e só em segundo lugar nos camponeses sem terra. Essa mudança de ênfase vai mudar também a concepção de expansão do mercado interno, restringida pelas relações de produção pré-capitalistas e pelo monopólio da terra. É que a penetração capitalista no campo, além de aumentar o número dos camponeses ricos, faz crescer também o número de camponeses proletarizados total ou parcialmente, aumenta o número de assalariados rurais, promove a migração para as cidades.” (Martins, op. cit.: 86). Até mesmo um movimento teoricamente assaz “pobre” dos documentos

pecebistas, não escapa à atenção de Martins. Ele registra que no documento de 1958 substituíra-se (não confere este cotejo de Martins) a antiga tese da contradição principal (no jargão maoísta, que antagoniza a nação ao imperialismo) por uma outra chamada de “contradição fundamental” (que opunha as forças produtivas em crescimento ao monopólio da terra). Martins quer extrair dessa comparação uma reorientação no agir dos comunistas crucial: “A luta pela reforma agrária radical – observa o autor -- seria concretizada pelo caminho das medidas parciais. Finalmente a atenção principal deveria ser dirigida aos assalariados e semi-assalariados agrícolas”, daí advindo o afastamento cada vez mais notório dos comunistas das Ligas Camponesas.

Perdia-se ali a oportunidade de se tematizar, no mapeamento das idéias comunistas, um ponto nada desimportante. Por trás da “couraça ideológica” marxista-leninista (a que se refere Moisés Vinhas ao falar da ideologia estalinista no PCB), restava a fazer a observação principal: naquele ponto da Declaração e noutras passagens das Teses para o V Congresso de 1960 radicava o tema da nova mediação camponesa. A última referencia de Martins à evolução discursiva do PCB é sua menção ao Congresso camponês de Belo Horizonte (1961). No registro, o evento unitário carregava o peso de ser concertação de forças – os comunistas, a Igreja e o trabalhismo populista de Goulart (com o Estatuto do Trabalhador Rural) – convergência armada para por fim ao projeto das Ligas (“que era um projeto de revolução camponesa”). Ademais, em Belo Horizonte se consagraria a concepção “reformista e gradual”, a despeito de Julião ter perpassado as resoluções moderadas do congresso com a tese da “reforma agrária radical”, mesmo havendo a resistência do grupo comunista hegemônico no evento.

Toda essa descrição da trajetória do PC refletia um campo intelectual que ia se explicitando e que se demarcara se afastando tanto do paradigma nacional-desenvolvimentista (o mercado interno) e da revolução democrática (Santos, 2007), quanto, no caso que interessa aqui nestas notas, da aceção de reforma agrária, a

rigor, introduzindo nela um redimensionamento radical. O realce no papel das lutas camponesas pela terra no renovamento da vida nacional, não só do mundo rural, como esperamos sugerir mais adiante. Com efeito, essa será a tese central que percorrerá todo ensaio de 1981, em especial seus tópicos dedicados ao período mais contemporâneo, ou seja, ao novo tempo da força de trabalho nacional livre. A partir dessa circunstancia, o tema da terra se redimensionava, esta ressignificação tornando-se o fio que estruturaria todo o constructo de Martins. Após 1888, a terra viria constituir outro cativeiro, passando a sujeitar a força de trabalho livre, já não mais (ou não tanto) sobredeterminado o mundo rural pelo monopólio da terra e seus constrangimentos recriados no pós-88, como em PG.

Não é o caso de retornar aqui aos momentos da rebeldia camponesa “esporádica” repassados por Martins nas páginas do ensaio (Trombas, Porecatu, etc.) até as Ligas Camponesas (“O capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro”). Mencionemos o sentido da menção à grande transformação: 1888 vai trazer um tempo – eis o ponto -- em que a terra se converte em fonte do novo cativeiro. Virão à lume agitações camponesas, descritas como ações possuidoras de uma marca nova: “As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos espessavam uma só coisa: *a luta dos camponeses contra a renda da terra*. A diferença com outras situações históricas é que esses camponeses não encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra, de latifundiários strito sensu. Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. Por isso mesmo é que perdia todo sentido lutar por uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários, como se estes constituíssem uma classe antiburguesa pré-capitalista” (Martins, 1978: 80).

Posto assim o tema principal, o interesse publicístico aflora junto com o recurso ao quadro marxiano de referência rigoroso. Nas últimas linhas do ensaio de 1981, havia proposto Martins ser necessária “a convivência democrática, dentro dos partidos ---, de duas classes sociais básicas produzidas pelas contradições do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e a dos camponeses, a dos que sofrem a exploração do capital (neste ponto advém o modelo do volume 1 de O Capital -- RS) e a dos que estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital (para o tema camponês o autor alargaria aqui o paradigma marxiano com outras dimensões) --, cada qual (terminemos a citação – RS) com seu tempo histórico, a sua luta e a sua visão de mundo”. (Aqui entrava o ponto quiçás mais diferenciador que ocupa todo o interesse publicístico do autor). (Martins, 1981: 102).

Se assim se visualiza o cometimento de Martins, seu “evento discursivo” provém propriamente da circunstancia da modernização conservadora do pós-64. Será composto pelo mundo real trazido por suas pesquisas e pelo tempo com que ele se depara em meio a novos atores – camponeses e o núcleo CPT-MST –, resistentes à expansão das grandes empresas no campo (envolvidas na produção agrícola, na comercialização e industrialização de produtos agrícolas; insumos). Os conflitos pela terra – este é o parâmetro do novo “despertar camponês” -- haviam se generalizado pelo território nacional, trazendo á cena como figura principal das resistências camponeses, o posseiro posto à frente de uma base social muito mais diferenciada que a dos anos 1950 (agora, arrendatários, parceiros e até pequenos proprietários) (Martins, 1978).

No entanto o que interessa acentuar, nesta altura das presentes notas, é o propósito publicístico de Martins, qual Caio Prado, autor situado “à esquerda” do seu PC mas crítico do campesinismo de “agitações estéreis”. Em ponta “simétrica”, o sociólogo se propõe por a nu a “esquizofrenia” (sic) das esquerdas, nomeadamente da esquerda pecebista. E mais, diz ele ainda no ensaio de 1981, tornando bem claro seus fins publicísticos: “O problema – assim revela Martins seu lugar no contexto

discursivo do início dos anos 1980 -- não é um problema estritamente econômico nem estritamente teórico – é um problema político, da luta e do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados. Esse é um problema precisa de resposta e reposta política”.(Martins, op.cit.: 13).

Nesse tipo de ajuste de contas no ensaio de 1981 com a chamada “ideologia operário-urbana” das antigas esquerdas daquela época também se inclui a interpelação na esfera acadêmica. O ponto será 1888, considerado chave da compreensão do mundo rural. A reapresentação do tema camponês exige de Martins recusar a tese, bastante consensual (grandes autores são mencionados por ele), que reduzia o *colono* ou o morador do *engenho de açúcar* à condição de assalariado. No mundo produtivo e do trabalho posterior a 1888 – propõe Martins no texto de 1981 – é marcado por uma “relação complexa e contraditória”, cuja inteligibilidade deve ser buscada numa melhor compreensão das novas determinações da força de trabalho livre. Seu emblema vai ser o colonato no novo mundo produtivo agrário de São Paulo. Desde este seu posto de observação, Martins se diferenciará, no início dos anos 1980, das bibliografias que, direta ou indiretamente, se voltam para a refundação do nosso agrarismo, dentre as quais, a do sindicalismo, emergente com força, logo após a anistia.

No entanto, nessa interpelação dos ensaístas universitários (especial com José Graziano da Silva, JSM anuncia uma proposição que separa o seu constructo radicalmente. Diz ele que – pelas múltiplas determinações que tensionam sua conformação -- os camponeses são entes do presente situado nas margens da nossa própria modernidade e que aquelas determinações: “Definem-no como aquele que está em *outro lugar*, no que se refere ao espaço, e como aquele não está senão ocasionalmente, e nas margens, *nesta sociedade*. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um *excluído*. É, assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político”. (Martins, 1981: 25)

Martins associa esse último conceito ao aparato teórico marxiano com que construiu sua reflexão sobre o colonato no contexto do pós-88. Não constitui acaso que a escolha de Martins tenha recaído no cenário paulista e não no emblema gilbertiano do Nordeste. Ainda a propósito dessa escolha, conjecture-se ao modo de Jessé Souza, autor que vincula, criticamente, o modelo de modernização de Florestan ao moderno paulista, alegando debilidade em *A revolução burguesa no Brasil* pelo seu hiato de 60 anos de aburguesamento no “resto” do país (Rio de Janeiro, Bahia, especialmente) na primeira metade do século XIX. Em Martins, esta escolha – a se evidenciar -- também viria acentuar contornos da sua “teoria revolucionária”; na qual, por assim dizer e para os primeiros tempos da sua publicística, o autor insere o “papel dos camponeses na revolução.”¹ Em Freyre havia função para o elemento tertius da combinação nacional: “Minas”, no tema da “arte da política” e o morador, no caso da reação contra o panmodernismo desenraizante do rural. Sem estes tertius e “equilíbrios”, ao campesinato novo do capitalismo se lhe esperava dissidência frontal com o pacto político do mundo brasileiro oligárquico. Este tema aparece nos ensaios posteriores de Martins, por demais usados nas bibliografias universitárias de hoje. No sentido do citado texto de 1981, o autor segue falando da relação de dissidência camponesa com o pacto político, inclusive confronto violento, como nos exemplos de Canudos e Contestado, vindo a ser o campesinato, diz Martins em texto posterior a “Os camponeses e a política ...”, é a única classe que se opusera ao Exército de forma armada.

¹ Expressão usada por alguns comunistas que resistiam, no V Congresso de 1960, à orientação da política de frente única que, segundo eles, subestimava a função do campesinato em tanto aliado do proletariado na revolução.

Para encerrar esta primeira apresentação, citemos uma passagem, sugerindo aproximação entre a análise marxiana usada na sociologia rural do autor e a (pouco valorizada) história política do Brasil, que, no entanto, será referida, no ensaios de 1981 e em outros textos de Martins, de modo pessimista. “A *exclusão do camponês do pacto político* é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendido, mera exclusão política. Por isso é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês *no* processo histórico.” (Martins, 1981: 25). Daí Martins recobrava o sentido desconstrutor adicional que trazia o conceito ora introduzido: “O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro” (idem).

Nesta apresentação sobre a condição publicística do autor, é preciso dizer que esses anúncios também traziam aporias. Na mesma introdução ao ensaio de 1981, Martins dizia pretender uma pesquisa orientada pelo marxismo -- o de natureza rigorosamente científico --, assim revelando ex officio propensão revolucionária. Um parêntese aqui para registrar um comentário provisório: essa vocação é redimensionada em textos posteriores, à medida sobretudo que se atenta para o recurso do autor à própria sociologia em tanto tal.

Em todo caso, no início de *O cativo...*, lê-se o rumo acadêmico-teórico do nosso publicista que pode prenunciar impasse num programa proposto certo: “Venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. Diante dos impasses e simplificações contidos no já cansativo debate sobre feudalismo e capitalismo, como `tipos macro-estruturais pelos quais se poderia definir a sociedade brasileira,

no todo ou em parte, conforme o momento, ou a sua transição, procurei, como tantos outros pesquisadores, trabalhar criticamente sobre o tema” (Martins, 1978: 1).

Essa proposição de larga aceitação, ao se remontar à leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx pode ser aporética. A intenção era decifrar nossa circunstância do início da transição democrática. Não interessa em si mesmo detalhar aqui a primeira tarefa que o autor se põe de desconstruir os conceitos de modo de produção (Marx) e de formação econômico social (especialmente em Lênin), tal como deles se serviam o “marxismo vulgar” predominante – como também diz larga bibliografia – na montagem do imaginário revolucionário do pré-64, persistente ainda no debate sobre o tema da transição feudalismo-capitalismo, bem entrada a década de 1970. Desde logo, o cometimento de Martins consistia em recusar a visão etapista da circunstância brasileira e procurar – diz o autor lembrando *O Capital*, “a reconstituição científica do *processo social*, do movimento da sociedade.” (idem). Martins busca depurar o primeiro conceito do economicismo etapista – não necessariamente apropriado por Passos Guimarães nesse sentido do “marxismo vulgar”, e emite sinais, ali no começo do livro *O cativo...*, de também trabalhar com sua segunda concretização, a noção de formação econômico social, ressignificada – como menciona -- pelo seu autor preferido, Henri Lefebvre. Dessa leitura sobre os anúncios introdutórios do autor, lançamos a conjectura segundo a qual o recurso de Martins diferencia, e muito, os dois autores aqui tratados. De um lado, evidencia a pobreza teórica de PG, em contraste, com a própria fortuna conceitual do outro. De fato, Martins recusa o uso daqueles conceitos construtores do tema “cansativo” feudalismo-capitalismo, recolhendo a “concepção nuclear” da noção de modo produção (em Marx) e com ela – diz Martins pretender dirigir sua investigação brasileira para decifrar o “modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, no qual são produzidos também as relações sociais fundamentais de uma sociedade” (Martins, 1978: 2). Certamente estamos diante de uma apropriação rigorosa da economia marxista. Note-se, no entanto, que, noutra contexto de modernização burguesa (Florestan), o

acesso ao tema da nossa revolução burguesa pode vir em registro diverso. Em ensaio publicístico, o clássico da USP procura a natureza da nossa revolução burguesa brasileira buscando saber como se dera, desde nossa gênese, o processo de incorporação de um padrão de civilização dominante, aqui vivido por uma sociedade historicamente determinada (1975).

Doutra parte, o recurso ao conceito de formação econômico social usado pelo “marxismo vulgar” denota, diz Martins, uma idéia de *totalidade fechada* e “não-dialética”. Igualmente Martins vai indicar sua adscrição a esta categoria, com rigor: “O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento *econômico* desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade”. (idem: 2-3). À seqüência dessa recuperação do conceito leniniano de formação social, que no campo comunista permite outras leituras além do “marxismo vulgar” (por exemplo, Vianna, 1976), o autor em estudo registra opção nítida nessa passagem: “Preferi, por essas razões, conduzir a minha pesquisa empírica e a exposição dos seus resultados pelo caminho metodológico ortodoxo, que privilegia o concreto, o processo social.” (idem: 3). Vale a pena seguir esta última proposição ao longo do exame dos textos do publicista e sociólogo José de Souza Martins, pois no horizonte dessa investigação divisam-se não poucos ganhos pedagógicos.

Quisemos limitar essas conjecturas aos primeiros textos do autor, principalmente a suas passagens mais anunciativas. As várias observações preliminares aqui listadas visam levantar a seguinte proposição investigativa nada consensual: as leituras de Martins com base num marxismo – lido com extremo cuidado – , não obstante, pode trazer implicações nos propósitos que o autor pretende, eventualmente, orientar: a) em primeiro lugar, à ênfase no tema da terra sob o capitalismo e da renda da terra como entes demiúrgicos (de lógicas sem outras dimensões históricas, culturais e da história política) do nosso mundo rural e, em última instância, orientar

o redimensionamento do processo agroreformista; 2) a um afastamento em relação a Florestan, autor central no grupo da USP, em particular a um distanciamento em relação à remissão ao estudo da implantação entre nós de um “padrão civilizatório dominante”, registro que remete à refração de um modelo de revolução burguesa, passando a ser relevante o tema da modernização pelo alto, do atraso e também sugerindo que se explore a idéia de uma via burguesa ao modo rissorgimentista; 3) a não se estimar como tema importante a questão da constituição burguesa da ordem competitiva entre nós, concedendo-se, em conseqüência, realce desmedido ao tema do clientelismo, desestimando o potencial inovador das instituições modernas da história política e 4) por fim, a realçar um ponto comparativo: o que é chamado de “pobreza teórica” em PG – publicista que após avançar conjecturas interessantes a partir do par prussianismo-democratização, em seu texto “Três frentes da luta de classes...” vêm nos falar de “capital comprador” (em tanto elemento determinante em nossa formação como colônia), à procura, apriorística, do antimperialismo na agropecuária brasileira, de fato dilui a referência que o autor faz ao nexo feudalismo-prussianismo, ponto este (forte) de união entre os temas do leninismo e da política; nexo proveitoso para a esquerda comunista, como se poderá na ensaística de meados dos anos 1970; e 5) alternativamente – mas seria a maior aporia de Martins --, a ligação ao marxismo oriundo das leituras rigorosas de Marx levaria a um “apriorismo” em torno de outro capital, na consideração do primeiro volume da obra marxiana, sugerindo-o como um novo ser demiurgo do novo mundo rural. Como, mutatis mutandis, ocorreu com outros marxismos universitários, por não interpelar o pensamento social e nossa história política, o constructo marxista de Martins não teria estimulado a abertura de passagem para o tema da conexão da esquerda com a esfera da política em tanto tal; diversamente do campo brasileiro comunista, no qual há áreas – minoritárias; notáveis a partir da segunda metade dos anos 1970 -- em que se notam os mais impensados diálogos com referências diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Martins, J. Souza. Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981;

------. O cativo da terra, São Paulo, Hucitec, 1978.

Santos, R. Agraristas políticos brasileiros, Brasília, Fundação A. Pereira-Nead, 2007.

Vianna, L. Werneck. Sindicalismo e sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.